



Líder do prefeito, vereadora Graça Amorim, diz que reajuste foi dialogado e está dentro do limite da Prefeitura

## Câmara aprova reajuste de 6,81% para os professores

**Com isso, piso na capital chega a R\$ 3,6 mil. Apesar disso, professores ameaçam paralisação**

**Rharys Borges**  
Repórter

A Câmara Municipal apro-

vou por unanimidade na segunda votação o projeto da Prefeitura que reajusta em 6,81% o salário dos docentes de primeiro e segundo ciclos e dos pedagogos. Na votação de ontem (27) apenas o presidente da Casa, Jovã Alencar (PSDB), e o vereador Major Paulo Roberto (SD) não compareceram à votação.

O sindicato dos servidores municipais acompanhou a sessão e protestaram contra o percentual do aumento. Segundo o Sidserm, o projeto não representa reajuste, já que o valor é determinado por lei. "A alteração proposta pelo sindicato se refere à inclusão desse percentual na Gratificação Intra Turno e na Gratificação de Exercício em Zona Rural, que são específicas do magistério", pontuou o Sinésio Soares, presidente do sindicato.

A líder do prefeito na Câmara, Graça Amorim (MDB), lembrou que o reajuste foi dialogado. "No ano passado nenhuma outra categoria teve reajuste como teve os professores. Todo ano o prefeito cumpre a lei federal que sugere o piso nacional dos professores, além de outras vantagens", destacou.

O novo salário inicial para os profissionais da Capital será atualizado para R\$ 3.630,83, podendo chegar até R\$ 7.854,10 para os professores Classe A. O reajuste tem caráter retroativo ao mês de janeiro e deve ser pago pela Prefeitura por folha suplementar.

GREVE

## Educação do Estado e município paralisa atividades por melhores salários

**Ananda Lourado**  
Repórter do Diário

Mesmo com a aprovação pela Câmara de Vereadores de Teresina do reajuste de 5,8% no piso salarial dos professores, os servidores da educação do município iniciaram uma greve no dia 8 de março. Isso porque, segundo o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, Sinésio Soares, o reajuste não é real, é apenas um repasse já garantido pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Além disso, Sinésio Soares afirma que no ano de 2017 o percentual de reajuste da categoria foi zero. "O que o poder público está chamando de reajuste é apenas a complementação especial do Fundef que deveria estar desde janeiro", diz.

O presidente do sindicato diz ainda que a greve dos servidores da educação pode se transformar em uma paralisação geral dos servidores municipais, pois

todos ficaram sem reajuste.

No âmbito estadual, os servidores da educação estão em greve desde o dia 23 de fevereiro. De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Piauí (Sinte), a greve foi aprovada após a categoria rejeitar a proposta apresentada pelo Governo do Estado de conceder auxílio alimentação para compensar o reajuste salarial de 2018. Para os trabalhadores, a proposta não contempla toda a categoria, pois deixa de fora os aposentados e funcionários que recebem outros auxílios, como o auxílio transporte.

Sobre a greve dos professores, a Secretaria de Estado de Educação e Cultura (Seduc) comunicou através de nota que já paga um valor acima do estipulado pelo Ministério da Educação para 2018, e que propôs o reajuste através do auxílio alimentação para não ultrapassar o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

